

Ações, requerimentos administrativos e ofícios – PCC-PGPE

Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA) - (GDPGPE) - 1018375-85.2019.4.01.3400

Órgão: 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Instância: 2ª

Objeto da ação: ação coletiva em favor dos servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC/Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, em razão da aplicação incorreta da Lei nº 10.404, de 2002, pelo Ministério das Relações Exteriores, que prejudica o cálculo e consequente pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA).

Movimentação Processual: 06/10/2021 - Remetidos os Autos (em grau de recurso) para Tribunal. – autos conclusos para decisão.

Tratamento isonômico aos servidores do PCC/PGPE - 1028048-68.2020.4.01.3400

Órgão: 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Instância: 1º

Objeto da ação: Ação Civil Pública em face da União para que os servidores integrantes do Plano de Classificação de Cargos/Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PCC/PGPE) tenham garantida a isonomia em relação às demais carreiras que compõem o MRE.

O pedido de tutela antecipada foi indeferido.

Movimentação Processual: 04/11/2022 - Juntada de comunicações

Exclusão de PCC/PGPE do PCAMSE - 1000972-98.2022.4.01.3400

Órgão: 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Instância: 1º

Objeto da ação: Ação coletiva em favor dos servidores do quadro do Ministério e integrantes do Plano de Classificação de Cargos/Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PCC/PGPE), para que sejam tratados de maneira isonômica em relação aos demais servidores que compõem as carreiras do órgão, notadamente no que se refere ao direito de usufruírem do Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior (PCAMSE), tanto para o seguro de saúde quanto para o seguro de vida, dos quais foram indevidamente excluídos.

Movimentação Processual: 15/06/2022 - Conclusos para julgamento

Agravo de Instrumento nº 1002558-88.2022.4.01.0000

Tramitação: 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relator: Desembargadora Maura Moraes Tayer

Objeto: Recurso interposto pelo Sindicato contra decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

Situação: Processo concluso para decisão (10/08/2022).

Ofícios e Requerimentos Administrativos:

Requerimento Administrativo Concessão PADIP a todos os servidores ativos e inativos do MRE e PCC-PGPE;

83/2019 - Pedido de Audiência Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB);

03/2020 - Concessão de Imóveis Funcionais – Servidores PCC/PGPE;

18/2021 – Apresentação do Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB);

22/2021 – Apresentação do Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB);

34/2021 – Apresentação do Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB);

56/2021 – Pedido de Audiência Plano de saúde dos PCC/PGPE, reiterando os termos do ofício no 34/2021/ASMRE;

04/2023 - Pedido de Audiência Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB);

05/2023 - Pedido de Audiência Sinditamaraty (enquadramento dos PCC/PGPE no SEB).